

Estado discute regularização ambiental na piscicultura na Zona da Mata

Qua 01 novembro

O [Governo de Minas](#), por meio das secretarias de [Agricultura, Pecuária e Abastecimento \(Seapa\)](#) e de [Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável \(Semad\)](#), em parceria com a Associação dos Aquicultores e Empresas e Especializadas de Minas Gerais (Peixe MG), realizou dois encontros com técnicos e lideranças dos municípios de Muriaé e Miradouro, na Zona da Mata. O objetivo é melhorar o processo de regularização ambiental na piscicultura - procedimento obrigatório para a exploração e o cultivo de peixes.

Na avaliação do assessor técnico da Seapa, Frederico Ozanam de Souza, o alinhamento entre os órgãos é fundamental.

“Esses dois encontros possibilitaram uma aproximação entre os órgãos estaduais e municipais dos sistemas da Agricultura e de Meio Ambiente do Estado e associações representativas dos piscicultores. Foi uma oportunidade discutir os processos e sugerir melhorias”, afirma.

“Tivemos a oportunidade de fazer diversos encaminhamentos conjuntos, como um projeto educativo de difusão das normas ambientais para a regularização”, complementa a coordenadora regional do Instituto Mineiro de Agropecuária em Viçosa, Maria José Novaes.

Piscicultura ornamental

A Zona da Mata mineira se destaca como o principal polo de piscicultura ornamental do país, com produção anual de mais de 10 milhões de peixes, respondendo por 70% do total nacional.

De acordo com a Associação dos Aquicultores de Minas Gerais, a região conta com mais de 300 famílias trabalhando diretamente na atividade e gera renda total aproximada de R\$ 15 milhões por ano.

Para o chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental, Dorgival da Silva, essa aproximação entre órgãos governamentais é necessária para a promoção da atividade sustentável e licenciada.

“Esse evento nos levou a pensar em inovações e em definições de agendas, conciliando produtividade e lucratividade, com geração de empregos, crescimento social e preservando o meio ambiente, como um selo unificado de boas práticas”, avalia Dorgival.